

Prefeitos querem salário-educação

LUCIENE FERREIRA

BELO HORIZONTE — Será lançado segunda-feira em Belo Horizonte uma campanha nacional de recolhimento de assinaturas para um anteprojeto que regulamente a arrecadação do salário-educação, destinado à ampliação e reformas de escolas de 1º grau. A emenda, elaborada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), prevê distribuição da verba recolhida sob a forma de imposto — todas as empresas brasileiras contribuem com 2,5% sobre a folha de pagamento para o salário-educação —, a fim de beneficiar municípios e reduzir o prazo de repasse do recurso para o Estado, que demora até 12 meses.

Normalmente o imposto é entregue ao Ministério da Educação, que retém 1/3 do total e repassa o restante para os Estados. Da verba federal, 20% são distribuídos aos municípios, mas segundo a secretária geral da Undime, Maria Lisboa de Oliveira, não há critérios para essa operação. “O dinheiro demora demais para chegar aos cofres estaduais ou municipais e quando é repassado não sofre correção”, denuncia.

O anteprojeto pretende mudar esse mecanismo. Ele prevê prazo de 15 dias para que 20% da receita do salário-educação seja creditado para a cidade de origem do imposto; 60% destinado ao Estado e os demais 20% para a União. Prevê ainda que Estados e governo federal redistribuíam 20% do que lhes couber para cada município, respeitando a proporcionalidade da população.